



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS

Jovina Maria de Barros Bruno¹
Rita de Cassia Santos Freitas²

Resumo

Este trabalho apresenta os principais resultados de estudo de produção teórica sobre o tema assistência estudantil, realizada a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações defendidas entre 2005 - 2014, nos artigos disponíveis em sítios de cunho acadêmico e nas publicações coletadas na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. A metodologia proposta, referente à fundamentação teórica e revisão da literatura, foi o da pesquisa exploratória, ou seja, o método de levantamento bibliográfico e documental. A assistência estudantil se encontra em processo de construção que demanda continuidade, aperfeiçoamento e qualificação, de modo a responder à diversidade das questões estudantis e contribuir efetivamente para que o ensino superior seja de fato um direito de todos.

Palavras-chave: Ensino superior. Assistência estudantil. Direito social.

STUDENT ASSISTANCE: ADVANCES AND NEW CHALLENGES

Abstract

This paper presents the main results of theoretical production of study on the subject student assistance, performed from the Digital Library of Theses and Dissertations, produced between 2005 – 2014, in the works available in academic nature sites and articles collected in the “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais”. The proposed methodology, referring to the theoretical background and literature review, was the exploratory research, that is, the literature method and documentary. The student assistance is currently under construction process that demands continuity, improvement and qualification, in order to respond to the diversity of student issues and contribute effectively to that higher education is actually a right of everyone.

Keywords: Higher education. Student assistance. Social rights.

Introdução

Este trabalho apresenta e analisa resultados de estudos sobre a política de Assistência Estudantil desenvolvida nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do acesso e permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica e cultural no ensino superior. Para uma melhor compreensão do tema, o trabalho se inicia com um breve relato de políticas públicas desenvolvidas na perspectiva do direito social e se estrutura em quatro itens: o primeiro item refere-se à

¹ Doutora em Humanidades e Artes com Menção em Ciências da Educação. Assistente Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: <jovinabarros@id.uff.br>.

² Mestre e Doutora em Serviço Social. Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Assistente Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social. E-mail: <ritacsfreitas@uol.com.br>.

questão do acesso, da permanência e da evasão do estudante no ensino superior público federal; o segundo item traz questões sobre o perfil dos estudantes das IFES brasileiras; o terceiro item aborda a evolução da assistência estudantil e seu marco legal; o quarto item discorre sobre os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil e, finalmente, as considerações finais.

Nos últimos anos muito se tem falado sobre o processo de democratização do sistema educacional brasileiro, especialmente sobre as universidades públicas. Democratizar esse acesso passa necessariamente pela incorporação de estudantes de baixa condição socioeconômica e cultural. Entretanto, não basta assegurar-lhes o acesso à educação superior pública; é necessário considerar que o compromisso efetivo com a democratização deste ensino pressupõe a criação de condições concretas de permanência do estudante até a conclusão do curso.

As ações afirmativas³ consideradas como mecanismos de natureza temporária e especial têm por objetivo minimizar situações resultantes de um processo histórico discriminatório envolvendo populações negras e indígenas e promover o acesso a bens públicos que possam elevar as condições de vida dos estudantes. Essas medidas vêm ao encontro dos princípios norteadores do ensino previstos no art. 206 da Constituição Federal de 1988, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e gestão democrática do ensino público.

Inseridas na expansão do ensino superior brasileiro, a assistência estudantil e as ações afirmativas são caracterizadas por ações voltadas a garantir a equidade social. A principal condição para a consolidação da democratização do acesso passa pelo atendimento de camadas da população mais desprovidas de capital econômico, social e cultural. Nascimento (2010) destaca que:

Assistência Estudantil é compreendida como sendo uma modalidade da Assistência Social, que envolve a discussão sobre o acesso e a permanência do estudante no ensino superior, uma vez que é interpretada sob o olhar do direito à Educação Superior e à Assistência Social. (NASCIMENTO, 2010, p. 1).

Assis *et al.* (2013, p. 3) caracterizam a assistência estudantil “[...] como uma ação assistencial que busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das políticas públicas”. De acordo com os autores esta recebe o nome

³ Ações afirmativas constituem-se como medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. (Santos, 2009, pag. 54)

de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições de Ensino Superior.

Dessa forma, a assistência estudantil como política operacionalizada no âmbito das IFES pode contribuir para o cumprimento do compromisso social destas instituições em garantir o acesso e a permanência do estudante no ensino superior, viabilizando as condições necessárias à sua formação acadêmica e profissional.

Acesso, permanência e evasão do estudante no ensino superior público federal

Coulon (2008) analisa a relação entre o sucesso na universidade e a “[...] aprendizagem do ofício de estudante”. Para o autor, o sucesso acadêmico do estudante depende de sua capacidade de inserção neste novo campo, a universidade. O autor afirma que ao ingressar na universidade o estudante vivencia três momentos.

O primeiro seria “o tempo do estranhamento”, o tempo em que o estudante se percebe em um mundo desconhecido, onde ocorrem rupturas com seu passado recente e mudanças de referências. A entrada na universidade representa a entrada em outro mundo, onde as relações anteriores não mais existem e novas relações devem ser criadas. Essas mudanças ocorrem de maneira diferenciada, conforme a trajetória anterior de cada estudante.

O segundo momento é “o tempo da aprendizagem” onde o estudante passa por um processo de familiarização, de adaptação ao mundo universitário, que traz insegurança e ansiedade. E nesse “tempo” se inicia o trabalho intelectual. E, por fim, o terceiro seria “o tempo da afiliação” onde o estudante percebe e interage com a dinâmica daquele campo, sentindo-se parte dele.

A duração da passagem por esses “tempos” é variável e depende do grau de adaptação, de assimilação e de capacidade do estudante. Este, para ser considerado como tal, deve ter competência para reconhecer o tipo e quantidade de trabalho intelectual, o que é necessário fazer e o prazo para fazê-lo. Assim, aprender o “ofício de estudante” requer que cada estudante, inserido neste novo campo, consiga tornar-se parte dele. Mais precisamente, para o autor o sucesso acadêmico do estudante está relacionado à sua afiliação a universidade. “Afiliação é naturalizar e incorporar práticas e modos de funcionamento correntes na universidade que antes não faziam parte dos hábitos dos novos estudantes” (COULON, 2008, p. 261). O autor destaca ainda que “[...] a afiliação constrói um *habitus* que permite que reconheçamos alguém como

estudante, que o incluamos no mesmo universo social e mental de referências e perspectivas comuns” (COULON, 2008, p. 262).

Assim, seguindo a linha do estudo de Coulon, ao estudante cabe aprender o “ofício de estudante” para não ser eliminado ou se autoeliminar. No entanto, o ingresso e a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica e cultural na universidade, expõe a problemática das desigualdades educacionais entre as classes sociais e o funcionamento do campo universitário.

É importante enfatizar que as desigualdades sociais reforçam as desigualdades escolares, pois o ingresso nos níveis mais elevados de escolaridade ocorre, em sua maioria, por estudantes das camadas de maior poder econômico, social e cultural. Já os estudantes das classes populares, ao conseguirem transpor a barreira do ingresso, se deparam com novas dificuldades, relativas à realização dos estudos. Essas afirmações nos remetem às considerações feitas por Bourdieu sobre o “demônio de Maxwell”⁴. O autor tem como contexto o sistema escolar francês, mas suas reflexões nos auxiliam a pensar a realidade brasileira. Este demônio atua reproduzindo uma ordem pré-existente, mantendo a separação de alunos com “[...] capital cultural herdado daqueles que não o possuem” (BOURDIEU, 2008, p. 37). Entende-se que a assistência estudantil, associada a outras políticas públicas, deve contribuir para que os alunos de populações desprovidas de capital cultural possam quebrar a prática desse “demônio”.

Zago (2006) aponta em sua pesquisa que os estudantes ao considerarem suas condições sociais e econômicas, muitas vezes optam por cursos menos concorridos de modo a obterem maior chance de aprovação no processo seletivo. Fato também observado por Bourdieu (1992). Nesta perspectiva, a origem social do estudante reflete na escolha da carreira universitária e no seu acesso ao ensino superior. Zago (2006, p. 232) afirma que “[...] para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão.” Assim, o estudante se autoelimina no processo de escolha da carreira ao prejudicar sua condição desfavorável e, ainda, por desconsiderar a possibilidade de a universidade oferecer condições para seu sucesso acadêmico.

Outra questão a ser considerada é a condição de estudante trabalhador. Os estudantes nessa condição, e em função do tempo dedicado ao trabalho, se vêm, às

⁴ Cf. Bourdieu (2008).

vezes, à margem de atividades acadêmicas. Contudo, aqueles que participam de programas oferecidos pela universidade se apropriam com maior intensidade da cultura acadêmica, ampliando o capital cultural que já trazem de suas famílias de origem.

Araújo (2013) constata que a partir da segunda metade dos anos 2000 há maior frequência na citação desta categoria e maior debate oficial sobre a “permanência”, associando-a: ao acesso e à expansão da educação superior; à inclusão de deficientes; à assistência estudantil; à evasão na graduação e a evasão em cursos na modalidade a distância; às políticas de cotas e ações afirmativas; e às políticas de permanência. No entanto, para a autora é necessária a compreensão da efetividade da “permanência” enquanto política social e, por isso, aponta para a importância de se aprofundar os debates acerca do tema. A mesma preocupação aparece em Lima (2014) ao ressaltar que a lei de cotas, mesmo que possa ser considerada um avanço no processo de inclusão social, necessita ainda de aperfeiçoar-se, de modo a assegurar a inclusão de negros e brancos de forma equânime.

Em relação às desigualdades no acesso ao ensino superior, Krainski (2008, p. 8) destaca que: “As desigualdades no acesso ao ensino superior, principalmente de jovens oriundos de camadas populares, não se constituem em causa, mas consequência de uma sociedade, que vem priorizando, ao longo dos tempos, outras instâncias em detrimento das políticas sociais”.

Ao abordar a temática da evasão ou abandono do ensino superior, constata-se que estudos estão sendo realizados de forma mais significativa nos últimos dez anos. Esses estudos buscam revelar causas da evasão ou abandono e apontar medidas que possam contribuir para o retorno dos estudantes às instituições e ainda, para prevenir novas perdas.

Cunha (2013, p. 82) constata que a evasão “[...] é um fenômeno multifacetado e com várias causas”. A autora classificou as causas da evasão de alunos da educação superior em três grupos: 1) causas *pessoais*, relacionadas à imaturidade do estudante, ao baixo capital cultural e ao desconhecimento no momento de optar por um determinado curso; 2) causas *institucionais*, atreladas às causas pessoais se relacionam à localização da universidade, a estrutura do curso e ausência de laços afetivos com a universidade; e 3) causas *gerais*, articula-se às anteriores, mas relaciona-se às deficiências acumuladas na educação básica (que resulta em baixo aproveitamento e repetidas reprovações), desmotivação, e insuficiência econômica. Um só fator não atua sozinho na evasão, conclui a autora.

Considerando o quadro de expansão das vagas no ensino superior⁵, bem como os mecanismos de diversificação do acesso que propiciaram a inserção de um maior contingente de estudantes nas universidades federais, os desafios da permanência destes, em especial aqueles dos segmentos de baixa renda, apontam para a necessidade de uma maior discussão acerca da implementação de políticas que subsidiem não somente o ingresso, mas também a permanência na universidade. Nesse sentido, é importante conhecer o perfil dos estudantes brasileiros que chegam às IFES.

O perfil dos estudantes das IFES brasileiras

O processo de democratização do acesso ao ensino superior realizado através da implementação de ações de assistência estudantil, tem alterado o perfil dos estudantes das universidades federais. Os dados levantados em pesquisas realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis⁶ - FONAPRACE, nos anos de 1997, 2004 e 2010, para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras trazem questões sobre a realidade socioeconômica e cultural e demonstram os principais indicadores sociais: moradia, alimentação, manutenção e trabalho, transporte, saúde, acesso à biblioteca, acesso à cultura, esporte e lazer, conhecimento básico e informática, domínio de língua estrangeira e participação de movimentos sociais. Constatou-se nas duas primeiras pesquisas que, respectivamente, 44,29% e 42,8% dos estudantes pertenciam as classes C, D e E, estabelecidas de acordo com o critério ABIPEME⁷. Na terceira pesquisa constatou-se que 43,7% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E, também estabelecidas de acordo com o critério da ABEP⁸.

Comparando os dados levantados nas três pesquisas constatou-se que a maioria dos estudantes é jovem, com um universo de 75% na faixa etária de até 25 anos e um

⁵ Não entraremos aqui no mérito ou na análise de como essa expansão se processou por conta dos limites desse artigo. Para uma crítica desse processo, cf. Lima (2014).

⁶ O FONAPRACE órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior.

⁷ O critério da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME) desenvolvido com a finalidade de dividir a população em categorias segundo padrões ou potenciais de consumo. Este critério cria uma escala ou classificação socioeconômica por intermédio da atribuição de pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico e do nível de escolaridade do chefe da família. Dessa forma, a classificação socioeconômica da população é apresentada por meio de cinco classes, denominadas A, B, C, D e E, a maior pontuação a classe A e em uma escala decrescente, a de menor pontuação a classe E.

⁸ O critério ABEP desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas. A divisão de mercado definida é de classes econômicas, estabelecidas por faixas considerando a renda familiar a partir de pontuação de itens de conforto doméstico e do nível de escolaridade do chefe da família.

contínuo acréscimo no percentual de mulheres de 51,4%, 53,0% e 53,5%, respectivamente. O percentual de estudantes pretos e pardos aumentou da pesquisa de 2004 para 2010 – de 34,2% passou para 40,8%. Esta nova configuração provavelmente resulta especialmente das políticas de inclusão, das políticas de ações afirmativas e do programa de expansão das IFES.

O indicador moradia sinaliza que na primeira pesquisa 28,7% dos estudantes não residiam com os pais. Em 2004 o percentual teve um decréscimo, passando para 27,9%, e em 2010 observa-se uma elevação passando para 28,5%. Quanto ao indicador alimentação 19,10% dos estudantes em 1997 se beneficiavam dos programas de alimentação. Em 2004 esse percentual subiu para 24,7% e em 2010 caiu para 15%. Nas pesquisas realizadas constatou-se que o restaurante universitário se constitui em um importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica e ainda, de um espaço educativo, de ação social e de convivência universitária. A redução no percentual referente ao ano de 2010 foi observada pelo FONAPRACE, mas não foi aferida na pesquisa. No indicador transporte observa-se que o transporte coletivo é utilizado pela maioria dos estudantes para deslocar-se de casa para a universidade e vice-versa. No entanto, observa-se também uma constante queda no percentual de estudantes que utilizam transporte coletivo, de 60,6% em 1997 passou para 59,9% em 2004 e 56,5% em 2010. O indicador trabalho demonstra que 42,0% dos estudantes em 1997 exerciam atividade remunerada não acadêmica. Em 2004 esse percentual cai para 35,4% e em 2010 volta a subir para 37,6%, mas mantendo-se abaixo da média de 1997. Ou seja, tem diminuído o número de estudantes trabalhadores? Tem se democratizado o ensino?

Quanto à escolaridade dos pais, os dados levantados na pesquisa de 1997 demonstravam que 70,5% dos pais possuíam pelo menos o ensino médio. Em 2004 a pesquisa não considerou esse indicador. Voltando a considerá-lo em 2010, demonstrou uma pequena elevação deste percentual para 71,6%. Estes resultados expressam o capital cultural das famílias dos estudantes e podem informar que jovens cujos pais não cursaram o nível superior tem uma tendência maior de continuarem fora da universidade, dando continuidade a um círculo vicioso.

Os dados das pesquisas revelam que 45% dos estudantes em 1997 eram oriundos de escola pública. Este percentual passou em 2004 para 46,2%, e em 2010 chegou a 50,4%, poderíamos nos perguntar: que não trabalham ou que trabalham no mercado informal? Na primeira pesquisa 46,3% dos estudantes, para cuidar de sua saúde, utilizavam convênios tipo seguro-saúde. Em 2004 contata-se uma redução deste

percentual (36,7%) e um aumento na utilização dos serviços públicos de saúde (32,7%), e em 2010 essa tendência se confirma com a queda do percentual de 31,4% para os convênios tipo seguro-saúde e com a elevação de 41,7% para os serviços públicos de saúde. Esses dados apontam para um aumento progressivo dos custos com convênio tipo seguro-saúde, direcionando os estudantes para utilização dos serviços públicos de saúde.

As pesquisas realizadas levantaram aspectos relevantes acerca da vida dos estudantes, como atividades extraclasse, fontes de informação, conhecimento de línguas estrangeiras, participação no movimento estudantil, atividades físicas, dentre outros. Os resultados apresentados nas pesquisas demonstraram um contingente aproximado de 42% de estudantes pertencentes às classes C, D e E que apresentam demandas potenciais por ações de assistência estudantil.

No entanto, é importante considerar que é fundamental conhecer as singularidades dessa população. Podemos acrescentar, ainda, a necessidade de conhecer quais dimensões étnico-raciais estão associadas a esses estudantes. Da mesma forma, a questão geracional e de gênero também são dimensões que acreditamos como fundamentais para serem levadas em consideração. Homens e mulheres apresentam características e demandas de apoio diferentes, assim como os casados e os solteiros e os que têm filhos e os que não têm; se são jovens, adultos ou idosos. Enfim, essas são algumas das singularidades que precisam ser observadas a fim de que possam ser adotadas medidas que venham ao encontro dos anseios dos estudantes, no sentido de se encontrar caminhos para garantir a permanência dos estudantes e que o ensino superior seja de fato um direito de todos.

A evolução da assistência estudantil e seu marco legal

Os resultados das duas primeiras pesquisas realizadas pelo FONAPRACE em 1997 e 2004 e os debates ocorridos no âmbito desse Fórum fundamentaram a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil entregue e aprovado pela ANDIFES em julho de 2007. Este Plano representa um marco histórico na trajetória da assistência estudantil no Brasil e, no sentido de nortear a atuação das IFES, estabeleceu quatro áreas estratégicas:

Tabela 1: Áreas Estratégicas

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
	- Moradia - Alimentação	- Assuntos Estudantis - Ensino

Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: ANDIFES/FONAPRACE – 2007

O MEC, considerando “a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal”, publicou a Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007, instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O objetivo central deste Programa é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, principalmente a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O FONAPRACE, apoiado pela ANDIFES e pelos movimentos estudantis, empreendeu esforços no sentido de efetivar o PNAES como uma política pública e o resultado desse movimento se concretizou na publicação do Decreto nº 7234, de 19/07/2010.

Observa-se que o Decreto enfatizou a permanência dos estudantes e ampliou seu espectro, abrangendo questões pertinentes à operacionalização das ações de assistência estudantil. O Decreto define os critérios básicos a serem adotados pelas IFES nos processos seletivos. Em seu art. 5º estabelece o atendimento prioritário de estudantes “oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”. O FONAPRACE é um espaço de luta, de debates, de

proposições sobre a política de assistência estudantil, que entendemos deve ser ocupado no sentido de atualizá-la e qualificá-la diante da diversidade de demandas das mais variadas realidades de vida dos estudantes.

Por sua vez, as IFES têm concentrado esforços para que a implementação das ações de assistência estudantil ocorra de forma eficiente e que os objetivos traçados sejam alcançados. Assim, as ações consideradas estratégicas para a permanência atenderão as demandas relacionadas às necessidades básicas de manutenção dos estudantes na universidade. As ações consideradas estratégicas, como o acesso a cultura, lazer e esporte e a assuntos da juventude contribuirão para alteração do *habitus* e ampliação do capital cultural e social dos estudantes. Essas ações contribuirão ainda, para o que Coulon (2008) define como processo de “afiliação” do estudante à universidade e de aprendizagem do “ofício de estudante”. Pelo menos, essa é a proposta, mas como se verifica isso concretamente em nosso país?

Os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil

No Brasil os estudos sobre a avaliação de programas sociais foram intensificados a partir de 1960. Na leitura de Aguillar e Ander-Egg (1994) sobre avaliação de serviços e programas sociais, os autores discorrem sobre a conceituação de avaliação de acordo com as diferentes épocas históricas, países e perspectivas teóricas e, a partir destas, consideram que avaliar “[...] é uma forma de estimar, apreciar, calcular” (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 17). Afirmam que a avaliação “[...] não é conhecer para agir (como a pesquisa aplicada), mas um conhecer para melhorar as formas de agir” (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 32). Consideram que a avaliação deve ser utilizada para corrigir erros e poder ajustar o direcionamento de um programa.

Seguindo essa linha de estudo, Cano (2004, p. 9) ao considerar que “[...] um programa social é uma intervenção sistemática planejada com o objetivo de atingir uma mudança na realidade social [...]”, afirma que a avaliação tem por finalidade comprovar se um programa atingiu ou não seus objetivos. E para tanto, considera relevante comparar os dois momentos do tempo, ou seja, antes e depois da implementação de um programa, verificando se o mesmo contribuiu para a mudança esperada.

Cano (2004, p. 99) afirma que “[...] o objetivo mais simples de uma avaliação de programas é averiguar se a intervenção surte os efeitos apregoados por quem planejou”. Para o autor, nessa avaliação há dois componentes essenciais a serem considerados, ou seja, a avaliação de processo ou de implementação, que consiste em esclarecer como o

programa foi implementado a partir de sua proposta inicial e a avaliação de impacto ou de resultado que consiste em avaliar os efeitos finais e se os objetivos foram alcançados. No entanto, não basta concluir simplesmente se o programa alcançou ou não os resultados esperados, mas sim, investigar as razões do seu sucesso ou fracasso.

Nos últimos anos, muitos foram os programas implementados e desenvolvidos nas universidades brasileiras na perspectiva de garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso com êxito. Pode-se afirmar que esses programas têm alcançado os objetivos traçados? São eficazes? São eficientes? Consistentes em seus resultados? Os resultados promovem efeitos? Quais? Há necessidade de ajustes, de mudanças, de repensá-los, de reorganizá-los? Para responder a tantas perguntas faz-se necessário que as áreas responsáveis pela execução dos programas estabeleçam processos de avaliação.

Sanches (2013) afirma que o maior desafio atual para as IFES é implantar programas de assistência estudantil com qualidade e com resultados positivos. Para o autor a avaliação é uma etapa de grande importância no que concerne ao acompanhamento de programas sociais. Porém, muitas vezes, é relegada a um segundo plano ou mesmo apresenta deficiências nos instrumentos metodológicos capazes de verificar se tal programa está realmente alcançando seus objetivos.

Carvalho (2013), em sua pesquisa considerando os objetivos do PNAES e dos programas desenvolvidos na instituição, avaliou a eficácia da política em relação ao alcance de equidade no rendimento acadêmico e permanência no curso. A autora concluiu que as políticas de assistência estudantil executadas pela universidade “[...] têm sido eficazes no que dizem respeito a este objetivo” (CARVALHO, 2013, p. 113). Considerando a complexidade do tema, ressalta que novos estudos devem ser realizados para avaliar o impacto da assistência estudantil na vida dos estudantes utilizando outros indicadores além do rendimento acadêmico.

Para se afirmar que as ações de assistência estudantil desenvolvidas nas IFES são eficazes e efetivas tornam-se imprescindível sua avaliação. E, para tanto, as equipes profissionais e os gestores dos programas devem estabelecer indicadores, dentre outros instrumentos, e promoverem sistematicamente o monitoramento e ajuste das ações desenvolvidas. É extremamente relevante a realização de estudos de avaliação da política de assistência estudantil, bem como de monitoramento destas, visando aferir o impacto de suas ações. A avaliação dos programas de assistência estudantil requer ouvir os atores envolvidos na ação - as equipes profissionais e gestores e os estudantes usuários dos programas. Constata-se que estudos estão sendo realizados de forma mais

significativa nas últimas décadas e demonstram que é preciso investir mais em debates, em discussões e em novos estudos sobre avaliação programas sociais.

Considerações Finais

As políticas implementadas para a democratização do acesso na educação superior apresentam avanços, porém possuem limites e entraves que precisam ser superados para possibilitar a inclusão e permanência com qualidade de mais estudantes oriundos das populações desprovidas de capital cultural, social e econômico.

Os programas de assistência estudantil devem garantir não somente o atendimento das necessidades básicas dos estudantes, mas apoiá-los em suas demandas acadêmicas, para que possam prosseguir com seus estudos e concluir com êxito sua graduação. A efetivação desses programas requer investimentos consideráveis em assistência estudantil e mais, requer continuidade, manutenção e ampliação.

Para tanto, as IFES necessitam promover pesquisas de modo a conhecer mais profundamente o perfil do seu alunado, conhecendo suas demandas e estabelecer diagnósticos precisos da realidade para que subsidiem a implantação de programas de assistência estudantil que respondam aos anseios e necessidades dos estudantes. Ou seja, esses precisam ser ouvidos, enquanto sujeitos sociais e históricos. As IFES necessitam ainda, fortalecer a inserção da área da assistência estudantil no contexto universitário e sua articulação com as áreas responsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão. Essa área é um espaço político fundamental para a garantia da permanência do alunado.

Analisar a gestão dos programas e projetos de assistência estudantil nas IFES representa um grande desafio, na medida em que a dinâmica da realidade desenha a cada momento novos contornos e novas configurações nas implementações da política de assistência estudantil.

A avaliação consiste em um importante instrumento estratégico para os gestores. Mas ouvir os usuários é importante mecanismo de avaliação que deve ser enfatizado. Os estudos apresentados sinalizam que é preciso conhecer as particularidades, as demandas do segmento estudantil, a fim de que possam ser adotadas medidas que venham ao encontro das reais necessidades destes, sejam de caráter acadêmico, social, econômico e cultural. Os estudos evidenciaram a evolução da assistência estudantil no ensino superior federal, mas é preciso prosseguir de modo a aperfeiçoar e qualificá-la para que

possa responder a diversidade das demandas estudantis; nesse sentido, construir políticas e avaliações mais participativas nos parece ser o melhor caminho.

Referências

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

ARAÚJO, Carla B. Z. M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/17778>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

ASSIS, Anna Carolina Lili *et al.* As Políticas de Assistência Estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Tradução Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 10. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão; Pedro Benjamim Garcia; Ana Maria Baeta. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Correa. 9. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2008.

BRASIL. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Pesquisa amostral do Perfil Sócio-econômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras**. Brasília (DF), 1997.

BRASIL. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília (DF), 2004.

BRASIL. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília (DF), 2011.

BRASIL. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. Brasília (DF), 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF), 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Lei nº 8.742/93 - LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília (DF), 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Brasília (DF), 2007.

BRUNO, Jovina M. B. **Asistencia estudiantil em la perspectiva de inclusión social**. 2015, 204 f. Tese (Doutorado em Educação)–Facultad de Humanidades y Artes da Universidad Nacional de Rosario. Rosario, Argentina. 2015.

CANO, Inácio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARVALHO, Soraya Comanducci da Silva. **Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Universidade Federal de Lavras, Lavras (MG), 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/1262>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Tradução de Georgina Gonçalves dos Santos; Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

CUNHA, Emmanuel Ribeiro; MOROSINI, Marília Costa. Evasão na Educação Superior: uma temática em discussão. **Revista Cocar**, Belém, v. 7, n. 14, ago-dez 2013. Disponível em: <<http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/283>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **Acesso e permanência no Ensino Superior: perspectivas de democratização**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3. 2011. **Anais...** Ponta Grossa, 2011. Disponível em: <<http://www.isapg.com.br/2011/ciepg/download.php?id=49>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

NASCIMENTO, Clara Martins. **O Papel da Universidade na Garantia da Permanência do Estudante no Ensino Superior: as configurações da assistência estudantil na UFPE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11438/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20>-

%20Clara%20Martins%20do%20Nascimento.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Avaliação de Programas de Assistência Estudantil. **A Revista História, Movimento e Reflexão**, São Carlos (SP), v. 1, n. 1, p. 1-6, 2013. Disponível em: <<http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/article/view/22>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política pública de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2009_DBRsantos.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.11, n.32, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s141324782006000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 nov. 2014.